

BARTRA, Armando. El hombre de hierro: los limites sociales y naturales del capital. México: UNAM-ITACA, 2008.

Eliane Tomiasi Paulino

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências

PR 445, km 380, campus universitário, Londrina-PR, Caixa Postal 6001, CEP 86051-980

eliane.tomiasi@uel.br

A riqueza dessa obra de Armando Bartra provém do profícuo diálogo com o legado de Marx e embora não se trate de uma abordagem geográfica, o fio condutor são os temas caros à essa ciência: a questão ambiental e a prevalência da lógica de classes nas relações de poder que orientam a sua apropriação. Essa aproximação transdisciplinar tem muito a contribuir com os termos propositivos das abordagens socioambientais com os quais a Geografia se ocupa, pois o autor desvenda como se dá a interdição aos recursos da natureza, por meio do que vislumbra ser uma intrincada relação entre o paradigma técnico da modernidade e os desdobramentos da lógica fundada na acumulação ampliada.

O hombre de hierro, que batiza sua obra, teria sido forjado entre o final do século XVIII e início do século XIX, no seio da plena comunhão entre ciência e técnica. Essa seria a origem do *factum tecnológico* que a partir da segunda metade do século XX aparecerá despido da imagem transformadora para travestir-se em bomba, em energia nuclear, em Revolução Verde que dissemina o envenenamento sem resolver o problema da fome, em Organismos Geneticamente Modificados que inauguram o que ele denomina de renda da vida, o novo estágio de renda da terra proporcionado pelo avanço da biotecnologia, entre outros.

A artificialidade dos processos de produção e a voracidade desses para com os bens naturais e o trabalho humano o fará estabelecer correlações com monstros figurativos que comparecem como estruturantes em sua análise, em perfeita convergência com a genial imagem da capa, uma enorme máquina que lembra uma estação de trem para onde acorrem naturalmente as

pessoas para serem devoradas. Para Bartra, o modelo forjado entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a partir da transformação capitalista da tecnologia, criou as condições para a privatização e controle de todas as esferas da vida, com desdobramentos que, a seu ver, inviabilizam a perpetuação da espécie humana.

Para ele, é nesse período que se instaura a nova ordem capitalista, no interior da qual o valor de uso é convertido em valor de troca, o trabalho vivo em trabalho morto e o homem em coisa, uma vez que o antigo mercado cede lugar ao absolutismo mercantil, cujo resultado seria, segundo suas palavras, um estágio em que a economia manda e a sociedade obedece, não sem resistir, seja por meio das lutas de libertação nacional, dos movimentos anti-globalização e das resistências cotidianas. Reconhecendo no socialismo a outra face do capitalismo, na qual o Estado seria um homem de ferro disfarçado de camarada, faz uma leitura crítica dos princípios que nortearam a ação da esquerda que, para ele, teriam se desvinculado dos ideais libertários de Marx.

O equívoco estaria na aposta do pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que teria transferido a essas o protagonismo do que se considerava ser o destino manifesto e inexorável da humanidade: uma sociedade de iguais. Nesses termos, Bartra considera imperioso o desapego das amarras da ortodoxia, condição para desarmar o que classifica de armadilha: o determinismo econômico, o qual seria prenhe de uma leitura legitimadora da conversão tanto dos seres humanos quanto da natureza em mercadoria. Tal leitura teria como desdobramento imediato a lógica forjadora de uma racionalidade incompatível com a perpetuação da

humanidade, porque fundada em princípios que se são imprescindíveis à reprodução do capital, violam a vida em todas as suas expressões. Sendo assim, vê a crença na potência transformadora do progresso técnico como um dos pilares da falência do socialismo de Estado. Para ele, isso golpeou profundamente o projeto emancipatório, fundado na liberdade, que há muito vem sendo acalentado pela humanidade.

A crítica, contudo, não se coloca no plano do radicalismo formal, como se o fim dessa experiência fosse uma evidência de que as forças livres do mercado são o caminho natural da sociedade. Antes, a apresenta a partir de uma perspectiva dialética, porque vislumbra na capacidade de mobilização que culminou no socialismo em diferentes partes do mundo a evidência de que há um desejo latente entre os seres humanos pela emancipação. Nesse sentido, chama a atenção para o que considera um equívoco decorrente da linha mestre do marxismo ortodoxo, que atrelou a potencialidade transformadora do modelo civilizatório aos sujeitos atingidos pela divisão do trabalho e, por consequência, ao centro do sistema, *locus* do capitalismo industrial. O autor reafirma que todas as revoluções do século XX e as precedentes foram perpetradas pelos camponeses, majoritários nas regiões colonizadas e empobrecidas do mundo. Sendo assim, demarca uma questão fundamental: igualdade e homogeneidade não querem dizer a mesma coisa, posto que a primeira supõe a alteridade, a convivência e não a eliminação da diferença. Outro equívoco seria a aposta no devir revolucionário não como fato que se experimenta no presente, mas como promessa de um vir a ser que se projeta como miragem.

Esses vazios construídos ou cultivados pela esquerda se recriariam na crença de que a redenção às formas de opressão viria de práticas externas ao modo capitalista de produção. Ao contrário disso, vê nas dispersas resistências e nos enfrentamentos miúdos a energia que subverte a ordem aos poucos, porém ininterruptamente. Distingue, assim, o viver sob a lógica capitalista, para ele universal na atualidade, e render-se a seus

preceitos, colocando precisamente nesse paradoxo os elementos que possibilitam sua superação. Trata-se de uma leitura que subverte a visão fatalista embutida na concepção de que o capitalismo é uma ordem monolítica, sem fraturas, entendimento que convida ao imobilismo, pois estar-se-ia diante de um monstro impossível de dominar, pela sua superioridade descomunal. Por isso, evoca a dimensão dialética das relações travadas no interior do modo de produção, que comportam desde a passividade total até a subversão transformadora.

Para Bartra, se tais contradições são portadoras da seara uniformizadora que funda o modo de produção, seu antídoto está precisamente nas resistências explícitas ou veladas, como a dos indígenas, dos artesãos, das mulheres excluídas do circuito do trabalho dito produtivo, dos camponeses, entre outros. Dentre as contradições incômodas ao pacto hegemônico, destaca as migrações internacionais, as quais considera tanto inevitáveis quanto irrefreáveis, pois se trata de uma expressão da insurgência gestada no seio da imposição do mercado livre, que desdenha o clamor por uma sociedade livre. Ao invés de fronteiras vigiadas, invoca a prevalência de princípios de ordem moral, que fundariam a economia do sujeito, em vez da economia do objeto. Advoga assim que a realidade inquietante conclama às transformações e não combina com os princípios da direita, tampouco com os da velha esquerda, melhor expressos na arquitetura do socialismo fundado na planificação, o qual se opõe ao modelo societário cuja razão de ser é a igualdade, que somente se concretiza no direito à diferença, à pluralidade. Para ele, essa seria a senha de um futuro possível.

O aprofundamento técnico associado à expansão capitalista é reinterpretado a partir de paródia com monstros imaginários, a começar por Frankenstein: as insurreições populares desde o século XVIII combatiam o veículo de sua progressiva espoliação, a exemplo do ludismo, que irrompeu na Escócia a partir de 1811, e que consistiu na destruição de máquinas das fábricas têxteis e similares, enquanto que no campo, o alvo foram as

máquinas agrícolas. Apoiado em Thompson, procura mostrar que esse movimento tinha no horizonte um elemento propulsor que desde a emergência do capitalismo segue embalando os camponeses: o acesso à terra. Aliás, a crítica fina aos que consideram os camponeses como *monstruos de fuera* é feita por meio do questionamento da validade do rótulo de bárbaros e de entrave à marcha civilizatória. Nessa concepção, tais sujeitos são tomados como se fossem inaptos ao enquadramento social próprio da ordem capitalista, tida como passagem obrigatória ao socialismo; depois dele, supostamente se alcançaria a redenção civilizatória. Por isso, adverte que apesar de *sentenciados à morte em todos os tribunais da modernidade* os camponeses não apenas foram os protagonistas de todas as revoluções do século XX quanto seguem em profundo processo de transformação, o que os faz diferentes do que foram no passado e os fará diferentes no futuro, mudanças essas que seriam os signos de uma vitalidade peculiar e promissora para a humanidade.

O diálogo com Marx privilegia dois momentos de sua produção teórica: "Contribuição à crítica da economia política" e "O Capital", obra que a seu ver aprofunda as idéias contidas na primeira. A essência desse diálogo pode ser vislumbrada na *contribución a la crítica del muenstro*, no qual demonstra a indissociável relação entre a destruição da dignidade humana via exploração do trabalho e a instauração e aprofundamento dos processos técnicos no conjunto da produção. Nesse sentido, aponta a mudança da perspectiva de Marx, que se nos primeiros escritos vê as insubordinações contra as máquinas como uma luta instintiva contra as garras do capital, o monstro a que se refere Bartra, em "O Capital" as considera uma forma primitiva e ingênua de anticapitalismo que requer a mudança do foco de ação: das máquinas às relações sociais que as governam. Bartra, ao discordar desse foco, chama a atenção para a mais perigosa ameaça desde o século XX: a máquina de destruição associada à guerra, mas também à produção. Para tanto, vai a Thompson para exprimir a inquietude ante as forças destrutivas que emana das

injustas e classistas relações de propriedade e de produção impostas pelo capital.

No cerne das contradições que lhe fazem vislumbrar a insurgência contra tal ordem, recorre a *el monstruo en los confines*, em alusão à maneira como os povos de nações periféricas são concebidos pelos arautos da ordem capitalista, por perturbarem-na em duas situações simultâneas: pela presença incômoda dos migrantes motivada pelo par dialético opulência e escassez, sobre os quais se levantam toda sorte de constrangimentos e, por outro lado, pela insurreição contra a dominação nomeada de projeto civilizador pelos próprios agentes da dominação, e que inclui o mundo árabe e amplas porções do continente africano. Tais movimentos fazem-no crer que ao contrário do que se preconiza, a ordem hegemônica global não tem sido capaz de eliminar a diversidade; em muitos casos, tem provocado o efeito oposto, o da luta pela autonomia e afirmação da identidade.

O Estado, como o guardião dessa ordem, aparece como *el monstruo interior*, parte do livro em que Bartra problematiza a alienação que emana do trabalho mercadoria, estritamente dependente do poder disciplinador presente nas superestruturas. Entretanto, mostra o quanto essa forma de controle transgrediu as estruturas, de modo que na contemporaneidade, a racionalidade do Estado, que em nada difere da racionalidade do capital, acabou por ser interiorizada de tal forma que a ameaça contra a liberdade poderá ser encontrada em nós mesmos, evocando para tanto as contribuições de Foucault no que tange às relações de poder, o que não significa, contudo, que o autor o faça a partir de uma perspectiva fatalista, já que evoca as persistentes insurgências contra essa ordem, inclusive ao que denomina de *el monstruo ilustrado*, a máquina de colonização das mentes que, por meio da indústria cultural, dissemina gostos, práticas e valores mercantis.

Em suma, o autor estabelece uma profunda vinculação entre o aparato tecnológico e a racionalidade capitalista, o que o leva a discordar da tese de que o problema está mais na propriedade dos meios de produção do que propriamente na

impossibilidade de acioná-los segundo uma racionalidade ecológica. Aliás, vislumbra a difícil tarefa de não se render às astúcias do capital, que tem sido capaz de persuadir-nos de que a tecnologia pode ser apreendida fora da lógica que a empreende, entendimento em essência pouco distinto da tese da neutralidade da ciência e da tecnologia que estão em seu seio. Ao transcender dicotomias tão caras à ciência, sociedade e natureza são reveladas com a indissociabilidade inspiradora tão necessária aos geógrafos e aos demais que se recusam ao idealismo inócuo ou o fatalismo desmobilizador, tão recorrentes na ciência contemporânea. Razões a mais para a leitura dessa densa e instigante obra.

Data de submissão: 04.10.2012

Data de aceite: 13.11.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited